



Fórum de Direito Urbano e Ambiental - FDUA

Belo Horizonte, ano 12, n. 72, nov./dez. 2013

Doutrina

Artigos

- ◆ A proteção dos recursos ambientais – Proteção e gestão das águas
Alexandre Luiz Alves de Oliveira, Rodrigo Teixeira Antuña
- ◆ A estrutura decisória do IBAMA – Um acerto ou uma fragilidade da gestão ambiental pública?
Bruno Rios Monteiro
- ◆ Resíduos de Serviços de Saúde – Pluralidade normativa e questões associadas desde sua geração até a disposição final
Juliana Chiaretti Novi, Sonia Valle Walter Borges de Oliveira, Alexandre Pereira Salgado Junior, Márcio Mattos Borges de Oliveira
- ◆ A responsabilidade civil do Estado e dos atores privados pelo dano decorrente de licenciamento que acarreta danos ao meio ambiente
Marcelo Vieira Rabelo de Freitas, André Luiz Lopes
- ◆ Responsabilidade civil decorrente dos impactos da queima de palha da cana-de-açúcar sobre a fauna silvestre
Olivaldi Alves Borges Azevedo, Alexandre Augusto Costa
- ◆ Os processos de outorga de direito de uso de recursos hídricos em Minas Gerais – Uma releitura a partir da experiência do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio das Velhas
Rodrigo Silva Lemos, Rogéria Mara Lopes Rocha
- ◆ O novo marco regulatório da mineração para o Brasil
Silvana Regina Paslauski
- ◆ Prazo para elaboração dos planos municipais de gestão integrada de resíduos sólidos
Sofia Rodrigues Silvestre Guedes

Jurisprudência Seleccionada

Acórdãos na Íntegra

- ◆ **Superior Tribunal de Justiça**
Ação civil pública – Dano ao meio ambiente – Poluição sonora – Formação de litisconsórcio facultativo – Responsabilidade objetiva e solidária

◆ **Superior Tribunal de Justiça**

Ação civil pública – Ocupação e edificação em Área de Preservação Permanente - APP – Casas de veraneio – Margens do Rio Ivinhema/MS – Supressão de mata ciliar – Descabimento – Art. 8º da Lei nº 12.651/2012 – Não enquadramento – Direito adquirido ao poluidor – Fato consumado – Descabimento – Desapropriação não configurada – Limitação administrativa – Dano ambiental e nexo de causalidade configurados

◆ **Tribunal Regional Federal da 1ª Região**

Ação civil pública – Exploração de recursos energéticos em área indígena – UHE Teles Pires – Aceitação do EIA/RIMA e emissão das licenças prévia e de instalação – Ausência de realização do estudo do componente indígena – Agressão aos princípios de ordem pública da impessoalidade e da moralidade ambiental

◆ **Tribunal Regional Federal da 1ª Região**

Ação civil pública – Instalação e operação da Usina Hidrelétrica de PHC Salto Belo/Sacre 2 – MT – Extinção do processo sem o julgamento do mérito por ausência de interesse de agir – Impossibilidade – Cerceamento de defesa caracterizado – Necessidade de produção de prova por perito equidistante das partes – Construção de usina hidrelétrica com capacidade acima de 10 MW – Significativa degradação do meio ambiente – Competência do Ibama para o licenciamento de hidrelétrica situada na Amazônia Legal e com impacto ambiental e social direto e indireto sobre as Terras Indígenas Utiriti – Obrigações específicas em defesa do meio ambiente

◆ **Tribunal Regional Federal da 5ª Região**

Empreendimentos hoteleiros – Operação de suas atividades sem o devido licenciamento ambiental – Infração à legislação ambiental – Multa aplicada – Competência comum do IBAMA para fiscalizar – Art. 23 da Constituição – Omissão dos órgãos estaduais e municipais – Advertência – Desnecessidade de aplicação – Proporcionalidade da multa

◆ **Tribunal Regional Federal da 5ª Região**

Licença – Precariedade – Peculiaridade do Direito Ambiental – Possibilidade de revogação – Empreendimento – Abrangência em área de preservação permanente – Dúvida – Princípio da precaução

Ementário

- ◆ Ação Civil Pública
- ◆ Ação Popular
- ◆ Administrativo
- ◆ Animal Silvestre
- ◆ Área de Preservação Ambiental
- ◆ Área de Preservação Permanente
- ◆ Crime Ambiental
- ◆ Dano Ambiental

Tendências Jurisprudenciais

- ◆ Tendências Jurisprudenciais